

TERMO DE REFERÊNCIA 01/ 2025
Prestação de serviços para ensaios de proficiência, controle de qualidade externa e interna
Hospital de Pronto Socorro Dr. Mozart Geraldo Teixeira - SECRETARIA DE SAÚDE/ PJJF
Laboratório Central - SECRETARIA DE SAÚDE/ PJJF

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 01/2025 - DISPENSA ELETRÔNICA

Prestação de serviços para ensaios de proficiência, controle de qualidade externa - SS/ PJJF

1 ÓRGÃOS SOLICITANTES

1.1 Hospital de Pronto Socorro Dr. Mozart Geraldo Teixeira (HPS/SS/PJJF).

1.2 Laboratório Central (LACEN)

2 OBJETO

2.1 Contratação de empresa para prestação de serviços para ensaios de proficiência, controle de qualidade externa em atendimento ao Laboratório do Hospital de Pronto Socorro Dr. Mozart Geraldo Teixeira (HPS) e Laboratório Central (LACEN).

2.2 A contratação será realizada através de **DISPENSA** de licitação, na forma **ELETRÔNICA**, com **DISPUTA DE LANCES**, nos termos do disposto no Artigo 75, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Artigo 5º, § 3º, da Instrução Normativa STDA nº 04, de 27 de março de 2023.

2.3 A pretensa contratação deverá observar as especificações, quantitativos e valores de referência dispostos na tabela abaixo.

ITEM	NETDEIN	CATSER	DESCRIÇÃO	LOCAL	QNT. ANUAL	UNID.	VALOR MENSAL	VALOR MENSAL TOTAL	VALOR TOTAL PARA 12 MESES
01	298010036	19127	Contratação de Empresa para Controle de Qualidade Externo	HPS	12	Vr/ Contrato	R\$ 1.785,95	R\$ 4.464,90	R\$ 53.578,80
				LACEN	12		R\$ 2.678,95		

2.4 O valor global estimado da contratação, em atendimento a 2 (dois) laboratórios por um período de 12 (doze) meses é de R\$ R\$ 53.578,80(Cinquenta e três mil, quinhentos e setenta e oito reais e oitenta centavos).

2.5 - Serão licitados 24 serviços de controle de qualidade, sendo 12 para LACEN e 12 para HPS

3 JUSTIFICATIVA(S) DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1 MOTIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1.1 A contratação pretende atender à exigência da RDC nº 786/2023 MS-ANVISA, suprimindo as necessidades de avaliação da aferição diária dos reagentes e aparelhos bioquímicos e garantindo a qualidade dos resultados dos exames. O material utilizado possui finalidade de monitorar a estabilidade e a reprodutibilidade de um sistema analítico nas condições de uso na rotina.

3.1.2 O Ensaio de Proficiência, também conhecido como Controle Externo, é uma ferramenta eficaz para determinar o desempenho da fase analítica do laboratório. Aliado ao controle interno e a uma gestão comprometida com a qualidade, promove um profundo conhecimento dos processos de análise e garante a confiabilidade dos seus resultados. É uma sistemática contínua e periódica, constituída por avaliações de resultados obtidos pelo laboratório na análise de materiais desconhecidos que simulam pacientes. Tais avaliações resultam de estudos estatísticos e análises de um grupo assessor, que apontam erros e possíveis causas, acertos e considerações sobre o desempenho global dos participantes.

3.1.3 Além disso, o contrato atual nº 01.2020.143 possui vencimento em 07/10/2025 e o Setor de Laboratório do HPS não pode funcionar sem o controle de qualidade externo por determinação da Vigilância Sanitária, de acordo com a previsão da RDC 786/2023 MS-ANVISA.

3.1.4 Sendo assim, torna-se necessário um novo processo licitatório, pois o controle de qualidade laboratorial é essencial para avaliação do diagnóstico e estabelecimento de conduta médica, bem como o acompanhamento do estado de saúde dos pacientes.

3.2 NATUREZA DO SERVIÇO

Trata-se de serviços comuns e de natureza contínua, pois devem ser realizados periodicamente, conforme disposto na RDC 786/2023 MS-ANVISA.

3.3 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- a) Art. 75, inciso II, c/c Art. 56, ambos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (“Lei de Licitações e Contratos Administrativos”);
- b) O Decreto Federal nº12.343/2024 publicado no Diário Oficial da União atualizou os valores estabelecidos na Lei 14.133/2021. A partir de 1º de janeiro de 2025, as contratações diretas em razão de pequeno valor (art. 75, Inciso I e II da NLLC), passam a ter os seguintes valores atualizados: R\$ 125.451,15 (cento e vinte e cinco mil quatrocentos e cinquenta e um reais e quinze centavos) e R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/d12343.htm ;

TERMO DE REFERÊNCIA 01/ 2025

Prestação de serviços para ensaios de proficiência, controle de qualidade externa e interna
Hospital de Pronto Socorro Dr. Mozart Geraldo Teixeira - SECRETARIA DE SAÚDE/ PJJF
Laboratório Central - SECRETARIA DE SAÚDE/ PJJF

- c) Instrução Normativa Municipal STDA nº 04, de 27 de março de 2023 (“Dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e institui o Sistema de Dispensa Eletrônica, no âmbito da Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional”);
- d) Instrução Normativa Municipal STDA nº 02, de 04 de janeiro de 2023 (“Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização, no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, de pesquisa de mercado para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021”), e Instrução Normativa Federal SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022 (“Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional”).

4 ESTIMATIVA DE PREÇO E DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA PARA A DESPESA

4.1 Estima-se que o montante dos gastos relacionados à pretensa contratação será de **R\$ 53.578,80** (Cinquenta e três mil, quinhentos e setenta e oito reais e oitenta centavos), de acordo com pesquisa de mercado.

4.2 A despesa com o objeto em questão correrá à conta da seguinte dotação orçamentária:

UNIDADE	PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA DE DESPESA	FONTE DE RECURSO
HPS/SS	10.302.0003.2334.5222	3.3.90.39	1.621.009.606
LACEN	10.302.0003.2287.0000	3.3.90.39	1.600.009.626

5 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

5.1 O fornecedor será selecionado por meio de DISPENSA de licitação, na forma ELETRÔNICA, com DISPUTA DE LANCES, nos termos do disposto no Artigo 75, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Artigo 5º, § 3º, da Instrução Normativa STDA nº 04, de 27 de março de 2023.

5.1.1 O critério de escolha do fornecedor e a forma de adjudicação será através do MENOR PREÇO GLOBAL, visando facilitar o gerenciamento do contrato, uma vez que é mais viável para a administração um contrato que contemple todos os itens constantes na tabela descrita no item 8.3 deste termo de referência.

6. DA HABILITAÇÃO

6.1 Da habilitação da licitante declarada provisoriamente vencedora - Pessoa Jurídica:

6.1.1 Regularidade perante a Fazenda Federal e municipal do domicílio ou sede do proponente/fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

6.1.2 Regularidade perante a Fazenda Pública Municipal de Juiz de Fora.

6.1.3 Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei (CND/INSS- CRF/FGTS).

6.1.4 Regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT).

6.1.5 Declaração formal da inexistência de menor de 18 anos de idade em trabalho penoso, insalubre e noturno nos quadros da empresa, firmada pelo responsável legal da empresa, sob as penas da Lei, para cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

6.1.6 Declaração de não ocorrência das vedações do art. 65, inc. V da Lei Municipal nº 13.830, de 31 de janeiro de 2019.

6.1.7 No que se refere à habilitação técnico - empresarial, conforme preconizado no Art. 67 da Lei nº 14.133/ 2021, a licitante declarada provisoriamente vencedora deverá apresentar as seguintes documentações:

- a) Licença ou alvará sanitário vigente emitido por órgão da Vigilância Sanitária do Estado, Distrito Federal ou Município, Conforme inciso VI, Art. 4º da RDC Nº 928/2024 da ANVISA;
- b) Atestado de Capacidade Técnica Operacional da empresa (no mínimo, 01 (uma) certidão ou atestado), expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o(s) a empresa atuou na execução de serviços com características, vulto e complexidade similares com as do objeto do Termo de Referência;
- c) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do prestador.
- d) Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle (CBPF), de acordo com RDC nº 59 de 27/06/2000 e nº 185 de 22/10/2001 da ANVISA, evidenciando a competência técnica para execução dos serviços pretendidos neste procedimento de contratação direta, ou seja, tendo escopo acreditado compatível para atender aos referidos serviços.

TERMO DE REFERÊNCIA 01/ 2025
Prestação de serviços para ensaios de proficiência, controle de qualidade externa e interna
Hospital de Pronto Socorro Dr. Mozart Geraldo Teixeira - SECRETARIA DE SAÚDE/ PJF
Laboratório Central - SECRETARIA DE SAÚDE/ PJF

6.1.8 Na fase de habilitação fica dispensada a apresentação de balanço patrimonial, conforme disposto no Artigo 70, II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2 Da Habilitação da licitante declarada provisoriamente vencedora - Pessoa Natural:

6.2.1 Regularidade perante a Fazenda federal e municipal do domicílio do proponente/fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

6.2.2 Regularidade perante a Fazenda Pública Municipal de Juiz de Fora;

6.2.3 Será processada a abertura dos documentos de habilitação no sistema apenas da licitante declarada provisoriamente vencedora, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento.

6.2.4 Serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas e apenas da licitante declarada provisoriamente vencedora.

6.2.5 Após a inserção no sistema dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos proponentes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

6.2.6 Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação e/ou Comissão Permanente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.2.7 Nos casos em que se já houver encerrada a fase de habilitação, quando o edital/Termo de Referência prever expressa e justificadamente a inversão das fases e esta anteceder ao julgamento, não caberá exclusão de licitante declarado provisoriamente vencedor por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

TERMO DE REFERÊNCIA 01/ 2025
Prestação de serviços para ensaios de proficiência, controle de qualidade externa e interna
Hospital de Pronto Socorro Dr. Mozart Geraldo Teixeira - SECRETARIA DE SAÚDE/ PJJF
Laboratório Central - SECRETARIA DE SAÚDE/ PJJF

6.2.8 Não serão aceitas propostas com preços inexequíveis ou que permanecerem acima do valor total estimado para a contratação.

7 DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1 A garantia consiste no cumprimento pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei nº. 8.078, de 11/09/1990 - Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.

7.1.2 A empresa declarada provisoriamente vencedora será responsável pela substituição, troca ou reposição dos analitos (amostras- controle) porventura entregues inadequadamente, fora da temperatura ideal ou não compatíveis com as condições de execução deste Termo de Referência.

7.1.3 Na substituição de analitos (amostras- controle) inadequadas, a reposição será por outra com especificações técnicas iguais com aprovação prévia da contratante, sem custo adicional para a contratante.

7.2 Subcontratação

7.2.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

8 DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

8.1 Para a efetiva prestação do serviço de controle de qualidade externa, a contratada deverá entregar os itens a serem avaliados no Laboratório do HPS, situado na Avenida Barão do Rio Branco, nº 3.408, Setor de Laboratório, Bairro Bom Pastor, Juiz de Fora - MG, de segunda-feira a sexta-feira, das 08:00 h às 18:00 h, E no Laboratório Central da Prefeitura de Juiz de Fora, situado na Avenida Francisco Valadares, 1.910, Bairro Vila Ideal, Juiz de Fora - MG, de segunda-feira a sexta-feira, das 07:00 h às 17:00 h.

8.2 Para a prestação dos serviços, a Contratada disponibilizará os seguintes itens:

8.2.1 Analitos para o controle externo de qualidade (soro, urina liofilizada e/ou líquida, lâminas bacteriológicas, lâminas hematológicas, fezes humanas, soluções, plasma humano, sangue total e outros materiais biológicos), conforme o programa anual.

8.2.2 Formulários para o registro dos resultados dos ensaios e de controles de equipamentos e materiais, tais como: água, autoclave, banho maria, cabine de segurança biológica, centrífuga, condicionador de ar, densitômetro, estufa, extintor de incêndio, geladeira, microscópio, meio de cultura e outros.

TERMO DE REFERÊNCIA 01/ 2025
 Prestação de serviços para ensaios de proficiência, controle de qualidade externa e interna
 Hospital de Pronto Socorro Dr. Mozart Geraldo Teixeira - SECRETARIA DE SAÚDE/ PJJF
 Laboratório Central - SECRETARIA DE SAÚDE/ PJJF

8.2.3 Estatística entre os participantes do controle de qualidade e emissão de relatórios de avaliação.

8.2.4 Material educativo (casos clínicos e questionários).

8.3 O Programa para o controle de qualidade externo, deverá contemplar, no mínimo, as seguintes especialidades e seus respectivos analitos:

Local	Especificação
HPS	Prestação de Serviço de Controle Externo de Qualidade em Análises Clínicas com kits - Glicemia de jejum, Glicemia de jejum e pós-prandial (lanche pós-almoço), Colesterol total e frações (HDL, LDL E VLDL), Triglicerídeos, Ácido Úrico, Uréia, Creatinina, Transaminases (TGO e TGP), Gama GT (Gama Glutamil Transferase), Desidrogenase Lática (LDH), Fosfatase Alcalina (FAL), Bilirrubinas totais e frações, Proteína Total e frações, CP K ou CK (Creatinoquinase), CK-MB, Cálcio, Albumina, Globulina, Lactato, Cloreto, Sódio, Potássio, Amilase, Lipase, PCR, Magnésio, EAS, Hemograma completo e plaquetas, Reticulócitos, VHS.
LACEN	Prestação de Serviço de Controle Externo de Qualidade em Análises Clínicas com kits - Glicemia de jejum, Glicemia de jejum e pós-prandial (lanche pós-almoço), Colesterol total e frações (HDL, LDL E VLDL), Triglicerídeos, Ácido Úrico Uréia, Creatinina, Transaminases (TGO e TGP), Gama GT (Gama Glutamil Transferase), Desidrogenase Lática (LDH), Fosfatase Alcalina (FAL), Bilirrubinas totais e frações, Proteína Total e frações, CP K ou CK (Creatinoquinase), Cálcio, Fósforo, Sódio, Potássio, Amilase, Lipase, Capacidade Total de Ligação e Fixação do Ferro, Ferro, Fator Reumatoide ou Látex, Aslo ou Aso ou Asto, PCR, Hemoglobina Glicosilada ou HBA1C, BHCG, TSH, T4 LIVRE, T4 TOTAL, T3, PSA TOTAL, PSA LIVRE, LH, FSH, Prolactina, Estradiol, Testosterona Total, Progesterona, Anti- Tpo, Vitamina D, Vitamina B12, HIV 4° geração, Sífilis, Toxoplasmose IGG E IGM, Rubéola IGG e IGM, Citomegalovírus IGG e IGM, HCV, HBSAG, Anti- HBS, Anti- HBC Total, Ferritina, Classificação Sanguínea, Fator Du, Fator Rh, Hemograma Completo e plaquetas, Teste de afoçamento, VHS, Reticulócitos; Fezes: Parasitologia (com ou sem MIF), Pesquisa de sangue Oculto; Urina: Clearance ou Depuração de Creatinina, Creatinina na Urina, Ácido Úrico na Urina, Calciúria (Cálcio na Urina), Sódio, Potássio e Cloro na urina, Pregnosticon - Teste de Gravidez, EAS, Ureia, Fósforo, Microalbuminúria, Proteinúria, Albuminúria, Relação Cálcio/Creatina, Relação Albumina/Creatinina, Relação Proteína/Creatinina, Relação Ácido Úrico/ Creatinina, Glicose na urina

8.4 No caso da disponibilização de materiais extras, a encargo do contratante, para exames que não obtiverem o percentual de adequação mínimo exigido pela ANVISA nas avaliações, a contratada deverá apresentar o valor adicional no encerramento do período.

8.5 Os materiais deverão estar embalados individualmente e acondicionados na mesma forma com que são apresentados no comércio varejista, podendo ser fornecidas embalagens múltiplas, desde que atendam às necessidades das unidades requisitantes.

8.6 A transição do serviço realizado pela empresa atual para a empresa vencedora deverá ocorrer de acordo com planejamento entre a administração e empresa vencedora, de forma a não haver interrupção dos serviços, uma vez que os laboratórios necessitam de avaliações mensais, sendo, 1 avaliação mensal para HPS e 1 avaliação mensal para LACEN, seguidas para

TERMO DE REFERÊNCIA 01/ 2025
Prestação de serviços para ensaios de proficiência, controle de qualidade externa e interna
Hospital de Pronto Socorro Dr. Mozart Geraldo Teixeira - SECRETARIA DE SAÚDE/ PJJF
Laboratório Central - SECRETARIA DE SAÚDE/ PJJF

manter o Certificado de Excelência da Sociedade Brasileira de Análises Clínicas (SBAC), em reconhecimento ao alto desempenho na realização de exames ao longo dos últimos 12 meses.

8.7 A contratada deve enviar os analitos em amostras - controle (kits) na 1ª ou na 2ª semana do mês, nos seguintes endereços, sem custo para a contratante:

HPS - Hospital de Pronto Socorro Dr. Mozart Teixeira	Av. Barão do Rio Branco, 3408 - Bom Pastor, Juiz de Fora - MG, CEP: 36021-630	Horário de entrega dos kits: 08:00h às 18:00h
LACEN - Laboratório Central	Av. Francisco Valadares, 1910, Vila Ideal, Juiz de Fora - MG CEP 36020-485	Horário de entrega dos kits: 07:00h às 17:00h

8.8 Na prestação do serviço, o laboratório contratado encaminhará os analitos (amostras-controle) para as unidades HPS e LACEN. Esses materiais serão analisados internamente pelas unidades requisitantes, que enviarão seus resultados para a contratada até o dia 05 do mês seguinte para análise.

8.9 A análise efetuada pela Contratada utiliza os resultados de todos os laboratórios participantes EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL como parâmetro para realizar o Controle de Qualidade em questão, através de cálculos estatísticos dos resultados em programa informatizado.

8.10 A contratada disponibilizará em até 48 horas, após o dia 05, através de página na Internet, o relatório geral da avaliação do lote e dos laboratórios participantes.

8.11 A periodicidade mínima para cada avaliação será alinhada juntamente ao responsável técnico de cada unidade, respeitando as normas vigentes da ANVISA.

8.11.1 A maior parte das amostras serão enviadas mensalmente para emissão do certificado de qualidade emitido pela contratada para os procedimentos já adotados no mercado e no contrato atual, sendo uma parcela mínima dos exames analisada trimestralmente.

8.11.2 A periodicidade será de 12 (doze) avaliações anuais para o LACEN e 12 (doze) avaliações anuais para o HPS.

9 DAS OBRIGAÇÕES

9.1 Da contratada

9.1.1 A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

9.1.1.1 Prestar o serviço de fornecimento dos itens para o controle de qualidade externo e fazer a avaliação dos resultados, conforme objeto e analitos descritos neste Termo de Referência, segundo as necessidades e demandas das unidades requisitantes.

9.1.2 A contratada deverá responsabilizar-se integralmente pelo envio dos itens que são necessários para a prestação do serviço, nos termos da legislação vigente e exigências editalícias, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos, quando for o caso ou no que for aplicável, fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas da Secretaria de Saúde/PJJF.

9.1.3 A contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de contratação direta.

9.1.4 A contratada deverá indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, quando for o caso, com número de telefone, e-mail e endereço físico.

9.1.5 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

9.1.6 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à contratante.

9.1.7 Relatar à contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

9.1.8 Durante a realização dos serviços, deverá observar todas as normas legais vigentes de Medicina e Segurança do Trabalho, inclusive o uso por seus funcionários dos equipamentos de segurança individual -EPI.

9.1.9 Obrigar-se-á a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, serviços executados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do contrato.

9.1.10 Todas as despesas com material, embalagem, transporte e mão de obra, necessários à prestação dos serviços, correrão por conta da empresa.

9.1.12 Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade da prestação de serviço de controle de qualidade externo, respeitando cuidadosamente a temperatura dos analitos, assim como o acondicionamento e o prazo de validade das mesmas, reservando a SS o direito de recusá-lo, caso não satisfaça aos padrões especificados.

9.1.13 Enviar os analitos (amostras- controle) para o controle externo da qualidade.

TERMO DE REFERÊNCIA 01/ 2025
Prestação de serviços para ensaios de proficiência, controle de qualidade externa e interna
Hospital de Pronto Socorro Dr. Mozart Geraldo Teixeira - SECRETARIA DE SAÚDE/ PJJF
Laboratório Central - SECRETARIA DE SAÚDE/ PJJF

9.1.14 Disponibilizar matrizes de diversos formulários para os registros de rotina no laboratório (controle de equipamentos).

9.1.15 Disponibilizar material educativo em forma de questionários e casos clínicos.

9.1.16 Avaliar os resultados encontrados, calcular a média, desvio padrão e coeficiente de variação, com emissão de relatórios (mensal e cumulativos), pontuação e classificação.

9.1.17 Emitir Certificado anual de participação no programa.

9.2 Do contratante

9.2.1 Conferir e atestar o serviço executado, em conformidade com os requisitos contratuais, embora a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços nas condições especificadas.

9.2.2 Examinar minuciosamente, no prazo de 48 horas, a conformidade dos analitos recebidos, verificar a falta de algum item ou dano/ quebra, o acondicionamento dos analitos (amostras- controle), temperatura correta e demais avarias, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

9.2.3 Prestar à Contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Contrato.

9.2.4 Permitir o acesso dos empregados da contratada às dependências da contratante, para o possibilitando-lhes recolher e devolver o objeto deste Termo, desde que devidamente identificados.

9.2.5 Comunicar a contratada qualquer irregularidade na execução dos serviços e interromper imediatamente a execução, se for o caso.

9.2.6 Remeter advertências à Contratada, por escrito, quando o contrato não estiver sendo cumprido de forma satisfatória.

9.2.7 Aplicar à sociedade (s) empresária (s) contratada penalidades, quando for o caso.

9.2.8 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de comissão/ servidor especialmente designado.

9.2.9 Efetuar o pagamento a contratada por meio de crédito em conta-corrente bancária, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, devidamente discriminada e acompanhada de 02 (duas) vias da correspondente certificação eletrônica emitida através da chave de acesso, pelo endereço eletrônico www.nfe.fazenda.gov.br.

9.2.10 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10 DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 A fiscalização, acompanhamento da execução dos serviços, a verificação da conformidade do contrato, serão realizados por profissionais devidamente designados pela unidade demandante.

10.2 Observado o disposto no artigo 177 da lei federal 14.133/ 2021, a contratante exercerá a fiscalização dos serviços de modo a assegurar o efetivo cumprimento da execução do serviço contratado.

10.3 A Unidade Requisitante atestará, no documento fiscal correspondente, a prestação dos serviços nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos ao fornecedor.

10.4 A fiscalização será exercida no interesse da administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do poder público ou de seus agentes e/ou prepostos.

11 DA VIGÊNCIA

11.1. O contrato regular-se-á no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei Federal n.º 14.133/2021, observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

11.2. Nos termos do Artigo 106 da Lei 14.133/2021, o contrato terá vigência de 5 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, respeitado a vigência máxima decenal, de acordo com Art. 107 da Lei 14.133/2021.

11.3. O contrato poderá ser rescindo com base nos preceitos de direito público conforme art. 106, III e §1º da Lei 14.133/21.

11.4. Poderá ocorrer o reajuste do valor contratual, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data da proposta de preços, com base no IPCA/IBGE, conforme disposições do Decreto Municipal n.º 8.542, de 09 de Maio de 2005, que regulamenta o reajuste de preços nos contratos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, e dá outras providências.

11.5. Será admitida a revisão do equilíbrio econômico-financeiro do preço ajustado, com observância do disposto no art. 124 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

TERMO DE REFERÊNCIA 01/ 2025
Prestação de serviços para ensaios de proficiência, controle de qualidade externa e interna
Hospital de Pronto Socorro Dr. Mozart Geraldo Teixeira - SECRETARIA DE SAÚDE/ PJF
Laboratório Central - SECRETARIA DE SAÚDE/ PJF

11.6. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, impossibilitando qualquer relação entre estes que represente pessoalidade e subordinação direta.

11.7 O início do serviço deverá ser a partir da assinatura do contrato.

12 DO PAGAMENTO

12.1 O pagamento será em até 30 (trinta) dias a partir da data de apresentação da nota fiscal, com o devido atesto, e efetuado pelo setor competente, creditado em favor da Contratada, através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada na proposta (conforme modelo descrito abaixo), em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá posteriormente à data de apresentação da competente nota fiscal eletrônica/fatura, junto à unidade requisitante:

BANCO: _____

AGÊNCIA: _____

CONTA CORRENTE: _____

LOCALIDADE: _____

12.2 As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

12.3 A Nota Fiscal será liberada somente quando o cumprimento do contrato estiver em total conformidade com as especificações exigidas no Edital.

12.4 Junto a nota fiscal a contratada deverá apresentar as documentações relativas às Certidões Negativas de Débito de acordo com o art. 68 da lei de licitações n.º 14.133/21.

12.5 No caso da não apresentação da documentação de que trata o subitem anterior ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências previstas, fica a Unidade Requisitante autorizada a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, à Licitante Vencedora, das penalidades previstas.

12.6 A Unidade Requisitante poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pela Licitante Vencedora, por força da contratação.

12.7 Quando ocorrer a situação prevista no subitem anterior, não correrá juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas.

12.8 Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e no caso de incorreções serão devolvidos, e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal eletrônica/fatura.

12.9 O ISSQN se devido será recolhido, na forma do Código Tributário Municipal vigente e suas alterações, caso não haja comprovação do recolhimento junto ao Município sede da contratada.

12.9.1 A retenção de ISSQN será no percentual de 5%, nos termos do art. 47, item 24.01 da Lei nº 10.630/03 e suas alterações, sendo o ISS devido no local de sua prestação, em tese, no Município de Juiz de Fora, caso o licitante vencedor possua aqui o seu estabelecimento prestador. Observação importante: Caso a empresa seja do SIMPLES NACIONAL, a mesma deverá informar a alíquota que está enquadrada de acordo com sua receita bruta para efeito de retenção do ISSQN (Resolução CGSN nº 51/08). Caso não informe a alíquota na Nota Fiscal de Prestação de Serviço, a Prefeitura de Juiz de Fora, através do órgão responsável deverá reter o imposto com base na maior alíquota do Simples Nacional, ou seja, 5%, nos termos do art. 21, parágrafo 4º, V da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

12.10 A nota fiscal deverá ser emitida com observância das legislações nacionais, estaduais e municipais vigentes na duração do contrato, devendo ser adequadas sempre que necessário, conforme orientação da Administração Pública Contratante, para validação e fins de pagamento.

13 DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

13.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

13.2 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

13.3 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

13.4 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

13.5 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

13.6 O fiscal técnico acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no acordo, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

13.6.1 O fiscal técnico anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

14 DAS PENALIDADES

14.1 Pela inexecução total ou parcial das obrigações firmadas, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao proponente contratado às penalidades previstas no Art. 156 da Lei 14.133/2021, das quais destacam-se:

- A) advertência;
- B) multa;
- C) impedimento de licitar e contratar;
- D) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.2 Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.3 A aplicação de qualquer penalidade será precedida de processo administrativo próprio, nos termos da Lei 14.133/2021.

14.4 A contratada estará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis, sem prejuízo da eventual anulação da nota de empenho de despesa ou da rescisão do instrumento contratual.

Juiz de Fora, Data da assinatura eletrônica.



TERMO DE REFERÊNCIA 01/ 2025
Prestação de serviços para ensaios de proficiência, controle de qualidade externa e interna
Hospital de Pronto Socorro Dr. Mozart Geraldo Teixeira - SECRETARIA DE SAÚDE/ PJF
Laboratório Central - SECRETARIA DE SAÚDE/ PJF

ANEXO I - ANÁLISE DE RISCOS

1. RISCOS DA ETAPA DE PLANEJAMENTO DA DEMANDA

RISCO 01	Definição inadequada do objeto a ser contratado
PROBABILIDADE	(X) Baixa () Média () Alta
IMPACTO	() Baixo () Médio (X) Alto
DANO	Impossibilidade da prestação dos serviços ou realização de serviços divergentes do modo preconizado no Termo de Referência.
AÇÃO PREVENTIVA	Definição das condições de execução do objeto de forma clara e precisa para que possuam os requisitos necessários e suficientes para garantir que o serviço atenda de forma correta à demanda apresentada pela unidade requisitante
RESPONSÁVEL PELA AÇÃO PREVENTIVA	Coordenação do Serviço (Suporte Técnico) e Equipe de Planejamento
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	Rever os requisitos da contratação através de pesquisa de mercado
RESPONSÁVEL PELA AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	Coordenação do Serviço (Suporte Técnico) e Equipe de Planejamento

RISCO 02	Definição incorreta dos quantitativos a serem contratados
PROBABILIDADE	(X) Baixa () Média () Alta
IMPACTO	() Baixo () Médio (X) Alto
DANO	Dimensionamento de quantitativos subestimados, aquém das necessidades da unidade requisitante, gerando a contratação dos serviços para itens que não existem.
AÇÃO PREVENTIVA	Dimensionamento dos quantitativos corretos.
RESPONSÁVEL PELA AÇÃO PREVENTIVA	Coordenação do Serviço (Suporte Técnico) e Equipe de Planejamento
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	Vistoria e avaliação dos quantitativos junto à equipe técnica responsável
RESPONSÁVEL PELA AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	Equipe de Fiscalização Contratual

RISCO 03	Estimativa incorreta dos preços referenciais na Pesquisa de Preços para contratação
PROBABILIDADE	() Baixa (X) Média () Alta
IMPACTO	() Baixo () Médio (X) Alto
DANO	Prejuízo ao erário e não prestação do serviço por licitação fracassada/deserta
AÇÃO PREVENTIVA	Realizar adequada pesquisa de preços para objeto similar, seguindo as determinações da Lei e demais dispositivos normativos, considerando preços praticados em órgãos públicos e privados.



TERMO DE REFERÊNCIA 01/ 2025
Prestação de serviços para ensaios de proficiência, controle de qualidade externa e interna
Hospital de Pronto Socorro Dr. Mozart Geraldo Teixeira - SECRETARIA DE SAÚDE/ PJF
Laboratório Central - SECRETARIA DE SAÚDE/ PJF

RESPONSÁVEL PELA AÇÃO PREVENTIVA	Equipe de Planejamento
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	Submeter a pesquisa de mercado preliminar à avaliação do setor responsável pela Pesquisa de Mercado da PJF para análise dos valores e fontes coletadas. Monitorar a execução da pesquisa de preços e fases de planejamento, solicitando, se necessário, revisão dos valores referenciais.
RESPONSÁVEL PELA AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	Equipe de Planejamento e Setor responsável pela Pesquisa de Mercado no âmbito da PJF

RISCO 04	Escolha incorreta da solução, não estando o mercado preparado para atendê-la.
PROBABILIDADE	() Baixa (X) Média () Alta
IMPACTO	() Baixo () Médio (X) Alto
DANO	Impossibilidade de realização do procedimento de contratação direta devido ao risco de o processo restar fracassado ou deserto em razão da impossibilidade de atendimento das demandas estabelecidas pelo mercado
AÇÃO PREVENTIVA	Revisar todas as especificações do Termo de Referência. Realizar adequado levantamento de mercado para objeto similar, consultando processos em órgãos públicos, fornecedores privados e modelos diversos de contratação.
RESPONSÁVEL PELA AÇÃO PREVENTIVA	Coordenação do Serviço (Suporte Técnico) e Equipe de Planejamento
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	Aperfeiçoar os descritivos cadastrados de acordo com a demanda necessária e com o existente no mercado, propondo soluções através de novos processos licitatórios.
RESPONSÁVEL PELA AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	Coordenação do Serviço (Suporte Técnico) e Equipe de Planejamento

2. RISCOS NA ETAPA DE LICITAÇÃO E ESCOLHA DO FORNECEDOR

RISCO 01	Objeto que não atenda às especificações requeridas
PROBABILIDADE	(X) Baixa () Média () Alta
IMPACTO	() Baixo () Médio (X) Alto
DANO	Prestação do serviço incompatível com o solicitado pela unidade demandante, com possível prejuízo ao erário e não atendimento às demandas elencadas pelo requerente.
AÇÃO PREVENTIVA	Revisão de todas as especificações do Termo de Referência.
RESPONSÁVEL PELA AÇÃO PREVENTIVA	Coordenação do Serviço (Suporte Técnico) e Equipe de Planejamento.



TERMO DE REFERÊNCIA 01/ 2025
Prestação de serviços para ensaios de proficiência, controle de qualidade externa e interna
Hospital de Pronto Socorro Dr. Mozart Geraldo Teixeira - SECRETARIA DE SAÚDE/ PJJF
Laboratório Central - SECRETARIA DE SAÚDE/ PJJF

AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	Aperfeiçoamento dos descritivos cadastrados no sistema da PJJF de forma que estejam em consonância com as necessidades e com os disponíveis no mercado. Análise da equivalência entre os descritivos apresentados pelos fornecedores e os licitados.
RESPONSÁVEL PELA AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	Coordenação do Serviço (Suporte Técnico) e Equipe de Planejamento

RISCO 02	Descumprimento dos prazos estabelecidos no edital para envio das propostas e documentos de habilitação
PROBABILIDADE	() Baixa (X) Média () Alta
IMPACTO	() Baixo () Médio (X) Alto
DANO	Atraso no processo licitatório
AÇÃO PREVENTIVA	Monitoramento dos prazos estabelecidos em edital a serem cumpridos pelos licitantes.
RESPONSÁVEL PELA AÇÃO PREVENTIVA	Equipe responsável pela realização e acompanhamento do procedimento licitatório.
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	Aplicação de sanções.
RESPONSÁVEL PELA AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	Equipe responsável pela realização e acompanhamento do procedimento licitatório.

RISCO 03	Procedimento de contratação direta deserto
PROBABILIDADE	() Baixa () Média (X) Alta
IMPACTO	() Baixo () Médio (X) Alto
DANO	Impossibilidade de realização do controle de qualidade, gerando descumprimento das normas legais e consequentemente gerando risco aos usuários e colaboradores das unidades de saúde.
AÇÃO PREVENTIVA	Definição adequada do objeto a ser licitado, com devido levantamento de mercado, definição dos quantitativos, requisitos da contratação e pesquisa de preços. Ampliação da divulgação dos editais de processos licitatórios.

RISCO 04	Licitação Fracassada por Valor, Requisitos Técnicos ou de Habilitação
PROBABILIDADE	() Baixa () Média (X) Alta
IMPACTO	() Baixo () Médio (X) Alto
DANO	Prejuízo ao atendimento às normas de segurança e aos pacientes.
AÇÃO PREVENTIVA	Elaboração de Termo de Referência que contenha uma pesquisa de preços de



TERMO DE REFERÊNCIA 01/ 2025
Prestação de serviços para ensaios de proficiência, controle de qualidade externa e interna
Hospital de Pronto Socorro Dr. Mozart Geraldo Teixeira - SECRETARIA DE SAÚDE/ PJF
Laboratório Central - SECRETARIA DE SAÚDE/ PJF

	mercado, contemplando o maior número possível de informações para o dimensionamento das propostas, tanto no aspecto de remuneração quanto em relação aos requisitos técnicos e de habilitação (jurídica, econômico-financeira e regularidade fiscal). Previsão de comprovações estritamente necessárias para o cumprimento das obrigações contratuais e dentro das legislações aplicáveis, somente.
RESPONSÁVEL PELA AÇÃO PREVENTIVA	Coordenação do Serviço (Suporte Técnico) e Equipe de Planejamento
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	Revisão das metodologias utilizadas para estimativa dos preços médios. Revisão dos requisitos técnicos e de habilitação de forma que somente sejam previstos no Termo de Referência e no Edital aqueles estritamente necessários ao cumprimento das obrigações contratuais e que estejam dentro das legislações vigentes. Análise da viabilidade de contratação através de Dispensa de Licitação.
RESPONSÁVEL PELA AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	Coordenação do Serviço (Suporte Técnico) e Equipe de Planejamento

3. RISCOS NA ETAPA DE GESTÃO DO OBJETO

RISCO 01	Descumprimento do prazo da prestação do serviço
PROBABILIDADE	() Baixa (X) Média () Alta
IMPACTO	() Baixo () Médio (X) Alto
DANO	Atraso na realização dos serviços de controle de qualidade.
AÇÃO PREVENTIVA	Contatar a empresa para reiteração dos prazos e solicitar previsão de uma solução. Notificação imediata da empresa, no caso de atraso.
RESPONSÁVEL PELA AÇÃO PREVENTIVA	Equipe de Fiscalização Contratual
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	Formalização de pedido de esclarecimento formal ao fornecedor quanto ao cumprimento dos prazos. Comunicação ao setor responsável sobre o descumprimento contratual para aplicação das providências cabíveis (pedidos de esclarecimento, dilação de prazos e sanções, conforme o caso)
RESPONSÁVEL PELA AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	Equipe de Fiscalização Contratual

RISCO 02	Serviço prestado de forma incorreta, com falhas ou imperfeição
PROBABILIDADE	() Baixa (X) Média () Alta
IMPACTO	() Baixo () Médio (X) Alto



TERMO DE REFERÊNCIA 01/ 2025
Prestação de serviços para ensaios de proficiência, controle de qualidade externa e interna
Hospital de Pronto Socorro Dr. Mozart Geraldo Teixeira - SECRETARIA DE SAÚDE/ PJF
Laboratório Central - SECRETARIA DE SAÚDE/ PJF

DANO	Atraso na realização do controle de qualidade.
AÇÃO PREVENTIVA	Comunicação com o prestador do serviço e normalização da execução contratual
RESPONSÁVEL PELA AÇÃO PREVENTIVA	Unidade requisitante e Equipe de Fiscalização Contratual
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	Formalização de pedido de esclarecimento e providências formal ao prestador do serviço acerca das intercorrências. Comunicação ao setor responsável sobre o descumprimento contratual para aplicação das providências cabíveis (pedidos de esclarecimento, dilação de prazos e sanções, conforme o caso). Análise da viabilidade de contratação através de novo processo licitatório ou de outros meios previstos em lei.
RESPONSÁVEL PELA AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	Equipe de Planejamento e Equipe de Fiscalização Contratual